

O IMPACTO DAS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS NA POLÍTICA FISCAL DOS MUNICÍPIOS: uma análise comparativa das mesorregiões Norte Pioneiro e Sudoeste Paranaense*

Gino Schlesinger**
Cássio Frederico Camargo Rolim***

RESUMO

Este artigo analisa o impacto de duas transferências governamentais – Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Cota-parte do ICMS – sobre os gastos dos municípios. O objetivo principal é verificar se as necessidades municipais são atendidas pelos recursos recebidos destas transferências. Para tanto, faz-se uma análise comparativa entre duas mesorregiões do Estado do Paraná: a Norte Pioneiro e a Sudoeste. Nesta comparação, vários níveis de correlação são testados e avaliados, mostrando até que ponto as necessidades municipais nas áreas de educação e saúde são devidamente atendidas com o recurso dessas transferências.

Palavras-chave: Transferências intergovernamentais. FPM. Cota-parte do ICMS. Mesorregião Sudoeste. Mesorregião Norte Pioneiro. Gastos fiscais em educação. Gastos fiscais em saúde.

ABSTRACT

This paper analyzes the impact from two government transfers – Municipal Participation Fund (FPM) and ICMS sharing – upon municipal outlays. Its main aim is to find out if the municipal needs are fully served by the resources gathered from these transfers. As for that, it is performed a comparative analysis between two mesoregions of Parana State: Pioneer North and South-West. According to this comparison, several correlation levels are tested and evaluated, showing in which degree the municipal needs in the fields of education and health care are properly attended with resources from these transfers.

Keywords: Intergovernmental transfers. FPM. ICMS sharing. South-West mesoregion. Pioneer North mesoregion. Tax outlays for education. Tax outlays for health care.

*Este artigo foi elaborado a partir de elementos da dissertação “O impacto das transferências intergovernamentais na política fiscal dos municípios: uma análise comparativa das mesorregiões Norte Pioneiro e Sudoeste Paranaense”, de Gino Schlesinger, defendida em junho de 2005 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico – Mestrado Profissionalizante, do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), tendo como orientador o Prof. Dr. Cássio Frederico Camargo Rolim.

**Economista, mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador do IPARDES. E-mail: gino@ipardes.pr.gov.br

***Economista, mestre em Planejamento Regional e Urbano pela COPPE-UFRJ, doutor em Economia pela FEA-USP. E-mail: cassio.rolim@ufpr.br

Artigo recebido para publicação em dezembro/2008. Aceito para publicação em junho/2009.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo avaliar a importância de duas das principais transferências intergovernamentais no Brasil à luz dos gastos fiscais de pequenos municípios paranaenses.

Para isso, são estudados o Fundo de Participação dos Municípios, transferência de cunho federal e de caráter distributivo, e a cota-parte do ICMS, transferência de cunho estadual e de caráter devolutivo.

Com a finalidade de observar como essas transferências são aplicadas pelas administrações públicas municipais, de verificar como são gastas, e se esses dispêndios estão comprometidos com as necessidades locais, procura-se estudar duas mesorregiões estaduais que compreendem predominantemente municípios de pequeno porte e que, além disso, possuem características socioeconômicas distintas. Esta diferenciação é importante para averiguar até que ponto um determinado perfil socioeconômico condiciona a forma dos gastos públicos municipais.

As necessidades avaliadas estão nas áreas de educação e saúde. O parâmetro utilizado é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Quanto menor o nível do IDH-M educação e IDH-M saúde, tanto maior é o nível de necessidade observada para os municípios.

O processo de análise se inicia pelo estudo da tipologia das transferências e, após, de modo específico, o FPM e a cota-parte do ICMS. Na sequência analisam-se as atribuições dos gastos municipais. Por fim, a metodologia de estudo apresentada neste artigo utiliza uma ampla gama de correlações entre as necessidades identificadas e os gastos fiscais dos municípios das mesorregiões.

1 CARACTERIZAÇÃO E TIPOLOGIA DAS TRANSFERÊNCIAS

Segundo Rezende (2001, p.150), existem duas formas de captação de receitas públicas: próprias ou de transferências. As receitas próprias são captadas e aplicadas pela entidade de competência por sua arrecadação. Este é o caso do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) em relação às entidades municipais. Já as receitas de transferências são provenientes do repasse de recursos captados por outras entidades.

Tanto as receitas próprias quanto as de transferências podem ser classificadas como correntes ou de capital. Tradicionalmente, as receitas próprias, assim como as transferências, são correntes, a exemplo dos tributos de competência própria (IPTU, ISSQN e ITBI) ou as transferências legalmente instituídas (FPM, cota-parte do ICMS, Fundef, dentre outras). Como exemplo de uma receita própria de capital tem-se o caso em que uma determinada esfera pública aliena um determinado patrimônio, sendo evidentemente este patrimônio um bem de capital. Já no caso de uma transferência de capital, tem-se o exemplo de quando uma esfera pública transfere a outra um recurso previamente vinculado a uma despesa de capital.

A tipologia das transferências intergovernamentais, dada a classificação feita por Prado (2001, p.3), possui três denominações:

- a) transferências como instrumentos de política fiscal federativa;
- b) transferências no orçamento cedente: legais *versus* discricionárias;
- c) transferências no organismo receptor: livres ou vinculadas.

As transferências como instrumento de política fiscal federativa dependem de três objetivos distintos: devolução tributária, transferências redistributivas e viabilização de políticas setoriais. No primeiro caso, são repassados ao município – pelo menos em parte – valores arrecadados por entidade superior (Estado ou União), que previamente haviam sido arrecadados ou que tenham o fato gerador ocorrido no espaço físico do município. O segundo objetivo pretende tornar menos desiguais diferentes regiões através das transferências distributivas. O terceiro objetivo infere a necessidade de aplicar políticas públicas setoriais, que, apesar de serem decididas centralmente, requerem gerenciamento local. Desta forma, o recurso é transferido de entidade superior aos municípios, para que estes executem e gerenciem os projetos da política pública decididos estadual ou nacionalmente.

A classificação denominada na alínea “b” é definida por Prado como instituída por norma legal, ou decidida de forma discricionária. Nesse último caso ocorre uma negociação dentro do processo orçamentário anual dos governos estaduais e federal. A ideia, segundo Prado (2001, p.5), é que as transferências discricionárias tenham um caráter complementar ou de emergência.

A última classificação – livres ou vinculadas – é definida segundo o critério de condicionalidade que o uso dos recursos terá para as entidades receptoras. As transferências livres, como o próprio nome sugere, estão à disposição dos municípios para a execução dos seus gastos orçamentários. Já as transferências vinculadas devem complementar ou compor integralmente programas de políticas públicas específicos (legalmente instituídos).

1.1 AS TRANSFERÊNCIAS EM ESTUDO: FPM e cota-parte do ICMS

As duas transferências em estudo são classificadas como livres para os municípios receptores, e ambas também são definidas legalmente. Contudo, segundo o critério de instrumento de política fiscal federativa, enquanto o FPM é de caráter distributivo, a cota-parte tem caráter devolutivo.

O objetivo principal das políticas de transferências intergovernamentais – como é o caso específico do FPM – é reduzir as desigualdades regionais, como, aliás, dispõe a atual visão de governo federal denotada pelo Ministério da Fazenda (BRASIL, 2004b): “O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico entre estados e municípios”.

A União fica responsável pelo FPM, composto de 22,5% de todo o valor arrecadado do IR e do IPI. Já os estados ficam responsáveis pelo repasse de 25% do ICMS. Em relação ao FPM, os recursos são distribuídos, predominantemente, conforme o tamanho do município. Já a cota-parte do ICMS a ser distribuída aos municípios corresponde, em sua maior parte, de forma direta, ao valor adicionado gerado dentro do próprio município.

Para o FPM, as parcelas são a princípio divididas por estado; depois disso, para cada município de cada um dos estados da federação. As parcelas que cabem a cada estado da federação não são proporcionais às suas respectivas populações, pois quis a política pública nacional privilegiar os estados das Regiões Norte e Nordeste; logo, os municípios dessas regiões recebem proporcionalmente mais, dado o tamanho relativo de suas populações.

A política de distribuição do FPM – especificada no Decreto-Lei n.º 1.881 de 1981 – considera a recepção de recursos maior quanto maior a população do município,¹ isto é, considera que, quanto maior a população, maiores são suas necessidades. Contudo, isto é verdade apenas em termos absolutos, pois pelo algoritmo de cálculo da distribuição desta transferência, quanto menor o município maior é a transferência *per capita* recebida.

Em relação ao ICMS, a Constituição determina que 25% do valor arrecadado no Estado seja distribuído aos seus respectivos municípios. Desta parcela de 25%, 75% deve ser distribuída de forma proporcional ao valor adicionado gerado no próprio município, resultando, assim, em que 18,75% do ICMS arrecadado no município volta via cota-parte do ICMS. Os outros 25% são distribuídos conforme critérios estabelecidos individualmente segundo cada estado da federação. No caso paranaense, foi dado um direcionamento maior a atividades ligadas ao meio rural, como mostra a tabela 1:

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL CATEGORIZADA DA COTA-PARTE DO ICMS NO ESTADO DO PARANÁ

CATEGORIA	Peso (%)
ICMS arrecadado	75
Fator ambiental	5
Valor bruto da arrecadação agropecuária	8
Número total de habitantes	6
Número de propriedades rurais cadastradas	2
Área territorial (km ²) do município	2
Fator fixo (1/número total de municípios)	2

FONTE: SEFA

¹Isto ocorre para os municípios com população até 156.216 habitantes, o que inclui a totalidade dos municípios das duas mesorregiões em estudo neste artigo.

2 GASTOS MUNICIPAIS: atribuições e responsabilidades

Os municípios receptores das transferências intergovernamentais passam a ter à sua disposição recursos para executarem as políticas públicas típicas dessas esferas de poder.

As responsabilidades municipais são definidas pela Constituição Federal de 1988, que ditou, em seu artigo n.º 30, o que compete aos municípios. Dentre os parágrafos deste artigo, encontram-se: aplicar suas rendas advindas dos impostos de sua competência; ter responsabilidade sobre os serviços públicos locais, inclusive o transporte público, que é de caráter essencial; manter e prestar, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, a educação pré-escolar e de ensino fundamental, além dos serviços de atendimento à saúde da população; promover o adequado ordenamento territorial, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; e promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local.

No caso da educação, é importante destacar que a Constituição, em seu artigo 212, determinou que os municípios terão que gastar no mínimo 25% de seus impostos, inclusive as transferências recebidas, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Além disso, a emenda constitucional número 14 de 1996 reza que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

No caso da saúde, a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, regulamentou, através da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outras atribuições, a competência da União, dos estados e distrito federal e dos municípios. Para estes últimos, o artigo n.º 18 definiu algumas atribuições, como organizar, planejar e gerir os serviços públicos de saúde; participar conjuntamente com os estados da federação na organização da rede regionalizada e hierarquizada do SUS; executar serviços nas áreas de saúde do trabalho, vigilância sanitária, alimentação e nutrição, dentre outras; e gerir laboratórios públicos e hemocentros.

3 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS MESORREGIÕES NORTE PIONEIRO E SUDOESTE

O Norte Pioneiro, mesorregião que abrange 46 municípios, é uma região de ocupação antiga, que remonta ao século XIX. Sua exploração se deu à base de grandes propriedades, e cerca de 70% de seu território compõe-se de terras férteis, do tipo terra roxa estruturada. Se no passado, até a década de 1960, esta mesorregião era uma das mais populosas do Estado, a partir da queda da produção cafeeira a participação de sua população no cômputo total do Estado caiu pela metade (10,2% para 5,7%) no período de 1970 a 2000.

A situação social verificada na região é relativamente crítica: do conjunto de municípios que a integram, nenhum apresenta nível de desenvolvimento considerado alto (IDH-M > 0,800) e apenas dois – Cornélio Procopio e Barra do Jacaré – posicionam-se acima do IDH-M estadual, que, em 2000, foi estimado em 0,786 (IPARDES, 2004). Economicamente, o Norte Pioneiro possui a penúltima posição,

dentre as 10 mesorregiões do Paraná, em termos de VAF (valor adicionado fiscal) e a última em termos *per capita*, uma indústria pouco vigorosa e centros institucionais de ciência, tecnologia e inovação incipientes.

A Sudoeste, composta por 37 municípios, foi uma das últimas mesorregiões a serem efetivamente ocupadas no Estado, contribuindo, para isto, um forte fluxo migratório de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A ocupação ocorreu à base de pequenas propriedades, sendo que 97,4% dos estabelecimentos possuem menos de 100 hectares, ocupando 72,7% da área total (IPARDES, 2004).

A situação social é de relativo equilíbrio: a maioria dos municípios ocupa posições intermediárias no *ranking* estadual do IDH-M, ressaltando-se que, dos 23 municípios do Paraná com IDH-M acima da média estadual, 6 encontram-se no Sudoeste. O VAF posiciona a região em 7º lugar em termos estaduais e em 5º em termos *per capita*, traduzindo uma economia ainda dependente do setor agropecuário de pequena e média propriedade, porém com um setor industrial que começa a se diversificar apoiado pelas prefeituras municipais através de incentivos fiscais para a formação de distritos industriais. A título de exemplo, tem-se o polo eletroeletrônico de Pato Branco, implantado a partir dos anos 1990.

3.1 EDUCAÇÃO

A educação é um dos itens de grande importância na definição do patamar de desenvolvimento humano. Por obrigação constitucional, os municípios devem se empenhar em assegurar o ensino pré-escolar e fundamental. Desta forma, pode-se analisar a performance dessas regiões no que concerne a esses níveis da educação.

No Estado do Paraná, em 2000, a média de frequência escolar era de 9,67% para crianças de 0 a 3 anos, de 53,26% para crianças de 4 a 6 anos, e de 95,65% para crianças de 7 a 14 anos (IPARDES, 2004). Dentre os municípios do Norte Pioneiro, a maioria apresentava percentuais abaixo da média estadual: na 1.ª faixa etária, 75% dos municípios, na segunda faixa 62%; e no segmento de 7 a 14 anos, 64%. Na Região Sudoeste, para as mesmas faixas etárias, tinha-se, respectivamente: 84%, 35% e 11%. Percebe-se que os números da Região Sudoeste são melhores que os da Norte Pioneiro, com exceção do grupo das crianças mais novas. É possível que essa situação esteja associada à predominância, no Sudoeste, de uma estrutura agrícola baseada em unidades familiares, que acabam mantendo as crianças por mais tempo no próprio domicílio. No entanto, esta é apenas uma suposição que precisaria ser objeto de investigação mais específica.

No ano de 2002 a mesorregião Norte Pioneiro possuía uma estrutura física de 269 estabelecimentos para pré-escola (75% públicas) e de 487 escolas que ofertavam ensino fundamental (92% públicas). A Sudoeste, por sua vez, possuía, para o mesmo ano, 287 estabelecimentos para pré-escola (86% públicas) e 437 para ensino fundamental (92% públicas). Se se considerar que a população para a faixa etária de 0 a 14 anos é 32,8% maior na Norte Pioneiro, além de esta possuir uma quantidade maior de municípios (46 contra 37), verifica-se que as prefeituras do Sudoeste têm demonstrado

maior disposição em atender às demandas educacionais de suas populações. Isto se confirma se for levada em conta a maior participação do setor público neste nível escolar na Sudoeste, em comparação com a Norte Pioneiro (86% contra 75%).

A tabela 2, a seguir, mostra a situação na área social relativa à educação.

TABELA 2 - INFORMAÇÕES SINTETIZADAS SOBRE A SITUAÇÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

DESCRIÇÃO	SUDOESTE	NORTE PIONEIRO
Percentual de municípios abaixo da média estadual de frequência escolar na faixa etária de 0 a 3 anos	84	75
Percentual de municípios abaixo da média estadual de frequência escolar na faixa etária de 4 a 6 anos	35	62
Percentual de municípios abaixo da média estadual de frequência escolar na faixa etária de 7 a 14 anos	11	64
Estabelecimento de ensino - Pré-escola	⁽¹⁾ 287	⁽¹⁾ 269
Estabelecimento de ensino - Fundamental	⁽¹⁾ 437	⁽¹⁾ 487
Percentual de unidades públicas sobre o total - Pré-escola	⁽¹⁾ 86	⁽¹⁾ 75
Percentual de unidades públicas sobre o total - Fundamental	⁽¹⁾ 92	⁽¹⁾ 92

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Elaboração do autor.

(1) Dados para o ano de 2002.

3.2 SAÚDE

Assim como a educação, a saúde é um importante item para o cálculo do desenvolvimento humano. O atendimento à saúde da população também é uma obrigação constitucional para os municípios.

Em relação à mortalidade infantil, 60% dos municípios da Norte Pioneiro apresentaram coeficientes superiores à média estadual, que, para o ano de 2000, havia sido de 20,3.² Para a Sudoeste, 46% dos municípios encontravam-se na mesma situação.

Em termos de aparelhamento hospitalar, levando-se em conta somente os hospitais vinculados à rede SUS, o Estado do Paraná possuía, para o ano de 2003, 3.000 habitantes por leito e 474 hospitais; a mesorregião Norte Pioneiro possuía, para o mesmo ano, 3.300 habitantes por leito e 45 hospitais, enquanto a Sudoeste possuía 3.100 habitantes/leito e 35 hospitais. A rede de hospitais é praticamente proporcional à quantidade de municípios nas duas regiões – 46 no Norte Pioneiro e 37 no Sudoeste. Contudo, ambas se encontram em situação pior que a média do Estado no que se refere a leitos/habitantes, sendo a situação da Norte Pioneiro um pouco pior.

As unidades de saúde da família, que em 2003 eram em número de 725 no Paraná, são em número de 70 na mesorregião Norte Pioneiro e 58 para a Sudoeste. Neste caso também é guardada uma certa proporcionalidade correspondente com o

²Segundo dados do PNUD, o coeficiente representa o número de óbitos de menores de 1 ano de idade por mil nascidos vivos (IPARDES, 2004).

número de habitantes entre as duas regiões.³ Contudo, no que se refere à inexistência dessas unidades por município, o Norte Pioneiro possuía, em 2003, cerca de 30% de seus municípios sem nenhuma unidade de saúde das famílias, enquanto o Sudoeste tinha 50% de seus municípios na mesma situação.

A tabela 3 apresenta, de forma sintetizada, a situação na área social relativa à saúde.

TABELA 3 - INFORMAÇÕES SINTETIZADAS SOBRE A SITUAÇÃO SOCIAL NA SAÚDE PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000/2003

DESCRIÇÃO	SUDOESTE	NORTE PIONEIRO
Percentual de municípios acima da média estadual da taxa de mortalidade infantil em 2000	46	60
Habitantes por leito de hospital em 2003	3.100	3.300
Número de hospitais em 2003	35	45
Unidades de saúde da família em 2003	58	70
Percentual de municípios sem unidades de saúde da família em 2003	50	30

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Elaboração do autor.

4 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

A análise de dados será feita em duas etapas. Na primeira, serão verificadas, em três seções distintas, as demandas municipais no que diz respeito a duas áreas essenciais, educação e saúde, os gastos públicos municipais e transferências recebidas, comparando-se, nestas três situações, as duas mesorregiões. Na segunda etapa serão analisadas as duas mesorregiões por meio de correlações lineares de Pearson, observando a importância das transferências recebidas com os gastos fiscais executados, comparando-se, ao final, os diferentes graus de correlação entre as duas.

Para a primeira etapa, referente às duas mesorregiões, é importante lembrar que estas possuem, no conjunto, 83 municípios. Contudo, não foi possível considerar dois deles na análise,⁴ restando, então, 81 municípios, 45 na Norte Pioneiro e 36 na Sudoeste.

Nas abordagens sobre necessidades e transferências serão utilizadas tabelas sintetizadas para facilitar a compreensão do dimensionamento comparativo entre as mesorregiões. As tabelas trazem os municípios divididos em 9 estratos, sendo cada um deles correspondente ao intervalo de 9 municípios, somando-se, desta forma, 81 municípios. Ao todo as tabelas possuem 4 colunas, sendo a primeira relativa à denominação da classificação dos estratos (do 1.º ao 9.º, do 10.º ao 18.º e assim por diante). As duas colunas seguintes demonstram, para cada mesorregião,

³A Norte Pioneiro tem uma população 16% maior que a da Sudoeste e 20% a mais de unidades de saúde da família.

⁴Não estão disponíveis no sistema da Secretaria do Tesouro Nacional, para o ano de 2000, dados sobre os municípios: Santo Antônio do Sudoeste (da Sudoeste) e Santana do Itararé (da Norte Pioneiro).

o número de municípios resultante, por faixa de estrato. A última coluna representa a média do valor da variável no estrato. Desse modo, a soma para cada estrato da 2.º e 3.º colunas (correspondentes aos municípios da Sudoeste e Norte Pioneiro, respectivamente) será sempre 9; a soma de todos os estratos da segunda coluna será sempre 36 (total de municípios da Sudoeste); e a soma de todos os estratos da terceira coluna será sempre 45 (total de municípios da Norte Pioneiro).

Em algumas ocasiões, para facilitar o entendimento da análise, os 9 estratos das tabelas são agregados, na forma textual, em três terços (do 1.º ao 27.º, do 28.º ao 54.º e do 55.º ao 81.º).

O objetivo na segunda etapa, como se mencionou, é verificar, através da correlação linear de Pearson, as relações entre as transferências e os gastos comparativamente nas duas regiões.

Os coeficientes das correlações de Pearson (r) podem variar de -1 a 1 e podem ser classificados qualitativamente, segundo Callegari-Jacques (2003, p.90), da seguinte forma:

- se $0,00 < |r| < 0,30$, existe fraca correlação linear;
- se $0,30 \leq |r| < 0,60$, existe moderada correlação linear;
- se $0,60 \leq |r| < 0,90$, existe forte correlação linear;
- se $0,90 \leq |r| < 1,00$, existe correlação linear muito forte.

Em termos de análise não serão consideradas as correlações classificadas como fracas.

4.1 NECESSIDADES, GASTOS E TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS DAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO

4.1.1 As Necessidades

Para analisar as necessidades municipais foi utilizado o IDH-M. O IDH mede três fenômenos distintos: renda, educação e saúde. Neste estudo serão utilizados o inverso do IDH-M educação e o IDH-M saúde como *proxy* das necessidades municipais.

De forma condensada, pode-se observar as tabelas agrupadas por faixas (estratos) de municípios, bem como a quantidade de representantes por mesorregião respectiva para cada faixa. A seguir, tem-se a tabela com os dados do setor de educação.

Observa-se, pela tabela, que os municípios do primeiro estrato, ou seja, com maiores necessidades na área de educação, são todos da mesorregião Norte Pioneiro, enquanto dentre aqueles do último estrato, com menores necessidades, 8 pertencem à mesorregião Sudoeste e apenas 1 faz parte da Norte Pioneiro. Percebe-se uma forte predominância dos municípios da Norte Pioneiro nos primeiros estratos, invertendo-se o panorama em prol da Sudoeste à medida que se avança para os estratos representativos de menor necessidade na área de educação.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM CRESCENTE DE IDH-M EDUCAÇÃO, SEGUNDO OS ESTRATOS NAS MESORREGIÕES NORTE PIONEIRO E SUDOESTE PARANAENSES - 2000

ESTRATO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	MÉDIA DO IDH-M EDUCAÇÃO
1.º ----- 9.º	-	9	0,770
10.º ----- 18.º	2	7	0,791
19.º ----- 27.º	1	8	0,805
28.º ----- 36.º	1	8	0,820
37.º ----- 45.º	3	6	0,833
46.º ----- 54.º	7	2	0,843
55.º ----- 63.º	7	2	0,855
64.º ----- 72.º	7	2	0,868
73.º ----- 81.º	8	1	0,898

FONTES: PNUD

NOTA: Elaboração do autor.

Verifica-se, também, que na soma dos três primeiros estratos, isto é, os de maior grau de necessidade em educação, a Norte Pioneiro possui 24 municípios de um total de 45, ou seja, 53,3% de seus municípios, enquanto a Sudoeste possui apenas 3 municípios de um total de 36, ou 8,3% dos seus municípios.

A seguir, tem-se a tabela relativa a área de saúde.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM CRESCENTE DE IDH-M SAÚDE, SEGUNDO OS ESTRATOS NAS MESORREGIÕES NORTE PIONEIRO E SUDOESTE PARANAENSES - 2000

ESTRATO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	MÉDIA DO IDH-M SAÚDE
1.º ----- 9.º	1	8	0,671
10.º ----- 18.º	-	9	0,702
19.º ----- 27.º	3	6	0,714
28.º ----- 36.º	5	4	0,734
37.º ----- 45.º	2	7	0,751
46.º ----- 54.º	3	6	0,736
55.º ----- 63.º	6	3	0,776
64.º ----- 72.º	9	-	0,805
73.º ----- 81.º	7	2	0,839

FONTES: PNUD

NOTA: Elaboração do autor.

Nota-se, na tabela 5, uma forte predominância, nos primeiros estratos, dos municípios da Norte Pioneiro, enquanto os municípios da Sudoeste mostram-se mais presentes nos últimos estratos.

De forma analítica, observa-se, pelo primeiro terço (até os três primeiros estratos) dos municípios hierarquizados, uma forte preponderância dos municípios do Norte Pioneiro. De um total de 45 municípios, a Norte Pioneiro possui 23 (51,1%) de todos os seus municípios no primeiro terço de necessitados nessa área; já para os da Sudoeste, na mesma relação, 4 municípios (11,1%) estão entre os mais carentes no setor de saúde.

Quando se analisam os últimos três estratos, nota-se que, na mesorregião Sudoeste, 48,9% dos municípios estão neste intervalo, e, na Norte Pioneiro, 13,9% dos municípios encontram-se nesta situação, o que atesta uma melhor situação da Sudoeste comparativamente à Norte Pioneiro no que se refere à saúde.

4.1.2 Os Gastos

A tabela 6, a seguir, mostra como os gastos orçamentários dos municípios das duas mesorregiões foram realizados no ano 2000. Esta análise é feita tanto em termos *per capita* quanto em termos relativos.

TABELA 6 - RESUMO DOS GASTOS *PER CAPITA* E RELATIVOS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE, RECEITAS VINCULADAS E DEMAIS GASTOS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

DESCRIÇÃO DE GASTOS E RECEITAS VINCULADAS	SUDOESTE		NORTE PIONEIRO		DIFERENÇA EM %
	R\$	%	R\$	%	
Educação Total	151,67	26,54	137,88	28,72	10,00
Fundef	45,32	7,93	32,35	6,74	40,09
Educação sem Fundef	106,35	18,61	105,53	21,98	0,78
Saúde Total	87,18	15,25	73,22	15,25	19,06
Transf. SUS	22,99	4,02	16,09	3,35	42,88
Saúde sem Transf. SUS	64,19	11,23	57,13	11,90	12,36
Demais gastos	332,67	58,21	268,99	56,03	23,67
Despesas totais	571,53	100,00	480,08	100,00	19,05

FONTE: STN

NOTA: Elaboração do autor.

Os gastos em educação, via Fundef, assim como os gastos em saúde, por meio de transferências do SUS, são vinculados e, portanto, não poderiam, de outra forma, fugir de suas atribuições legais. Por esta razão, é fundamental analisar quanto cada região gastou em educação e em saúde, descontados os valores recebidos respectivamente do Fundef e das transferências do SUS.

A mesorregião Sudoeste, por deter uma receita orçamentária *per capita* maior que a do Norte Pioneiro⁵ (R\$ 567,28 contra R\$ 489,83, indicando uma diferença de 15,81%), teve mais recursos a sua disposição para efetuar seus gastos. Porém, quando são verificados os gastos-chave em educação e saúde (os fenômenos avaliados pelo IDH-M) percebe-se que a diferença de gastos entre as mesorregiões se reduz principalmente ao se descontar os efeitos das transferências vinculadas. Os gastos *per capita* que os municípios da Sudoeste receberam foram maiores, de 10,0% na educação e de 19,06% na saúde. Porém, ao se expurgar os valores das transferências vinculadas, esta diferença cai de 0,78% na educação e de 12,36% na saúde em favor da Sudoeste.

⁵No ano de 2000, a Sudoeste operou em déficit orçamentário de 0,90%, enquanto a Norte Pioneiro operou em superávit de 0,88%.

Para o Norte Pioneiro conseguir manter um padrão próximo de gastos *per capita* praticados pela Sudoeste, deve manter gastos proporcionalmente maiores, pois possui receita *per capita* menor.

4.1.3 As Transferências do FPM e da Cota-Parte do ICMS

As transferências do FPM e da cota-parte do ICMS são de grande importância no orçamento dos pequenos municípios brasileiros. Isto não é diferente no caso dos municípios das mesorregiões em estudo, sendo que, para a Sudoeste, representam 61,26% de suas receitas orçamentárias e, para a Norte Pioneiro, 64,82%.

A tabela a seguir compara como essas duas transferências compõem em importância relativa (percentual) os orçamentos municipais.

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE FPM NO TOTAL DAS RECEITAS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	PARTICIPAÇÃO MÉDIA DO FPM NO TOTAL DAS RECEITAS MUNICIPAIS (%)
1.º ----- 9.º	3	6	61,05
10.º ----- 18.º	2	7	54,79
19.º ----- 27.º	3	6	51,37
28.º ----- 36.º	4	5	45,85
37.º ----- 45.º	5	4	42,24
46.º ----- 54.º	6	3	37,96
55.º ----- 63.º	3	6	34,26
64.º ----- 72.º	6	3	30,99
73.º ----- 81.º	4	5	21,93

FONTE: STN

NOTA: Elaboração do autor.

A importância do FPM é maior para a mesorregião Norte Pioneiro do que para a Sudoeste. Do total de municípios do Sudoeste, apenas 22,2% se encontram entre os três primeiros estratos de maior dependência do FPM, porém nesta mesma situação se encontram 42,2% dos municípios da Norte Pioneiro.

A mesma análise pode ser feita com a cota-parte do ICMS, como se observa na tabela 8.

Neste caso, observa-se que a cota-parte do ICMS tem uma importância semelhante para as duas mesorregiões. Quando se refere ao total das receitas, os números, para os primeiros três estratos, são os que se seguem: Sudoeste, 36,1% de seus municípios, e Norte Pioneiro, 31,1% de seus municípios.

Quando se comparam as regiões, prevalece, para a Sudoeste, uma maior importância da cota-parte e, para a Norte Pioneiro, uma maior importância do FPM. Isto se explica, em grande parte, pela natureza dessas transferências e pelas características peculiares dessas regiões. O atributo devolutivo da cota-parte faz da região economicamente mais vigorosa, a Sudoeste, a maior receptora deste recurso.

Já o atributo distributivo do FPM faz da região menos vigorosa – Norte Pioneiro – a mais dependente dessa transferência.

TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA COTA-PARTE DO ICMS NO TOTAL DAS RECEITAS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	PARTICIPAÇÃO MÉDIA DA COTA-PARTE DO ICMS NO TOTAL DAS RECEITAS MUNICIPAIS (%)
1.º ----- 9.º	5	4	30,81
10.º ----- 18.º	5	4	26,38
19.º ----- 27.º	3	6	24,99
28.º ----- 36.º	3	6	22,97
37.º ----- 45.º	4	5	20,41
46.º ----- 54.º	7	2	18,61
55.º ----- 63.º	1	8	16,91
64.º ----- 72.º	3	6	15,21
73.º ----- 81.º	5	4	12,37

FONTE: STN

NOTA: Elaboração do autor.

A tabela 9 permite verificar o grau relativo de dependência do conjunto das duas transferências para as mesorregiões em estudo:

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO FPM MAIS COTA-PARTE DO ICMS NO TOTAL DAS RECEITAS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	PARTICIPAÇÃO MÉDIA DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS NO TOTAL DAS RECEITAS MUNICIPAIS (%)
1.º ----- 9.º	2	7	80,46
10.º ----- 18.º	3	6	74,86
19.º ----- 27.º	3	6	71,40
28.º ----- 36.º	6	3	67,46
37.º ----- 45.º	5	4	62,99
46.º ----- 54.º	4	5	60,02
55.º ----- 63.º	2	7	57,79
64.º ----- 72.º	6	3	53,35
73.º ----- 81.º	5	4	40,75

FONTE: STN

NOTA: Elaboração do autor.

A soma das duas transferências mostra uma importância maior para a mesorregião Norte Pioneiro, comparativamente à Sudoeste. Os números, para os três primeiros estratos, são: Sudoeste, 22,2% de seus municípios, e Norte Pioneiro, 42,2% de seus municípios, coincidindo, portanto, com os percentuais evidenciados quando a análise se referia somente ao FPM.

Observa-se que, embora haja distinção entre a dependência que cada transferência causa para cada mesorregião, quando as transferências são analisadas em conjunto a dependência se dá em maior monta para a Norte Pioneiro. Isto se deve ao menor potencial de arrecadação próprio que esta região possui em comparação à Sudoeste.

4.2 AS CORRELAÇÕES ENTRE OS GASTOS E AS TRANSFERÊNCIAS

No intuito de aprofundar o estudo, foram definidos dois tipos de combinações, A e B, para cada mesorregião em estudo:

- A - as variáveis de transferência relativa, em número de 3, com as variáveis de gastos *per capita*, em número de 3, resultando em 9 correlações;
- B - as variáveis de transferência relativa, em número de 3, com as variáveis de gastos relativos, em número de 3, resultando em 9 correlações.

4.2.1 A Mesorregião Sudoeste

QUADRO 1 - CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE GASTOS PÚBLICOS COM VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE - 2000

DESCRIÇÃO DE GASTOS	r F r ⁽¹⁾	r I r ⁽²⁾	r F+I r ⁽³⁾
Gastos <i>per capita</i> em educação, excluído o Fundef	(A) 0,5347	(A) 0,3051	(A) 0,6586
Gastos <i>per capita</i> em saúde, excluído o SUS	(A) -0,0023	(A) 0,1149	(A) 0,0819
Demais gastos <i>per capita</i>	(A) 0,4622	(A) -0,0264	(A) 0,4886
Gastos relativos em educação, excluído o Fundef	(B) 0,2685	(B) 0,4020	(B) 0,4473
Gastos relativos em saúde, excluídas as transf. do SUS	(B) -0,1843	(B) 0,1629	(B) -0,0968
Demais gastos relativos	(B) 0,5531	(B) -0,0303	(B) 0,5313

FONTE: STN

NOTAS: Elaboração do autor.

Dados calculados pelo software SAEG v 5.0 / 93.

Os números em negrito representam coeficientes de forte correlação.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definida ao início desta seção.

(1) Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

(2) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(3) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

As correlações do tipo de combinação A, que envolvem as transferências relativas e os gastos *per capita*, são em número de 9, sendo 1 forte, 4 moderadas e 4 fracas.

Dentre as 3 correlações que envolvem o gasto *per capita* em educação, 1 é forte e 2 são moderadas. A correlação forte é a que envolve a participação somada do FPM e da cota-parte do ICMS. A correlação com a transferência do FPM é moderada em 0,5347. A que envolve a cota-parte sobre o total das receitas tem coeficiente de 0,3051, ou seja, muito próxima da fronteira entre moderada e fraca.

Das 3 correlações que envolvem os demais gastos *per capita*, 2 são moderadas e 1 é fraca, sendo esta justamente a que envolve a cota-parte do ICMS.

É importante observar que todas as correlações que envolveram os gastos *per capita* em saúde foram fracas.

As correlações da combinação B, que envolvem as transferências relativas e os gastos relativos, são em número de 9, sendo 4 moderadas e nenhuma forte.

Dentre as 3 correlações que envolvem os demais gastos relativos, 2 são moderadas e uma é fraca.

As correlações que envolvem gastos relativos em educação e saúde são fracas quando correlacionadas com as transferências relativas do FPM. Verifica-se também que todas as correlações que envolvem gastos relativos em saúde são fracas. A exceção ocorre quando se observam as correlações entre gasto relativo em educação com transferências da cota-parte isoladamente e com FPM mais cota-parte. Nestes dois casos as correlações são moderadas.

4.2.2 A Mesorregião Norte Pioneiro

QUADRO 2 - CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE GASTOS PÚBLICOS COM VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000

DESCRIÇÃO DE GASTOS	r F r ⁽¹⁾	r l r ⁽²⁾	r F+l r ⁽³⁾
Gastos <i>per capita</i> em educação, excluído o Fundef	(A) 0,4565	(A) 0,2347	(A) 0,5610
Gastos <i>per capita</i> em saúde, excluído o SUS	(A) 0,0197	(A) 0,0917	(A) 0,0791
Demais gastos <i>per capita</i>	(A) 0,2260	(A) 0,1652	(A) 0,3088
Gastos relativos em educação, excluído o Fundef	(B) 0,5054	(B) 0,3060	(B) 0,6271
Gastos relativos em saúde, excluídas as transf. do SUS	(B) -0,0849	(B) 0,0677	(B) -0,0378
Demais gastos relativos	(B) -0,0101	(B) 0,2355	(B) 0,0911

FONTE: STN

NOTAS: Elaboração do autor.

Dados calculados pelo *software* SAEG v 5.0 / 93.

Os números em negrito representam coeficientes de forte correlação.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definida ao início desta seção.

(1) Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

(2) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(3) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

As correlações que contrapõem transferências relativas e gastos *per capita*, tipo de combinação A, são em número de 9, sendo 3 moderadas e 6 fracas, e por conseguinte nenhuma forte. Das 3 que envolvem os gastos *per capita* em educação só uma é fraca. De forma moderada a transferência do FPM (e deste ao se somar com a cota-parte do ICMS) se correlaciona com os gastos *per capita* em educação. Nada se observa em relação à saúde, sendo que em relação aos demais gastos *per capita* existe uma correlação moderada, porém de baixa intensidade (0,3088), muito próxima à fronteira entre moderada e fraca.

Por fim, têm-se as correlações entre transferências e gastos relativos, combinação B, que geraram 9 correlações, das quais uma é forte e 2 moderadas. Destas 3 correlações todas são em relação aos gastos relativos em educação, como

se verifica no quadro 2. A correlação forte é em relação à participação do FPM mais a cota-parte do ICMS com gastos relativos em educação. Isto parece sugerir que, quanto maior a participação dessas duas transferências, mais precisamente o FPM, maior é a política de gastos em educação na mesorregião Norte Pioneiro. Nenhuma correlação é verificada entre as transferências relativas e os gastos relativos em saúde e demais gastos.

4.2.3 Síntese Comparativa das Correlações de Pearson para as Mesorregiões Sudoeste e Norte Pioneiro

QUADRO 3 - COMPARAÇÃO ENTRE AS INTENSIDADES DAS CORRELAÇÕES LINEARES DE PEARSON ENTRE TRANSFERÊNCIAS E GASTOS PARA OS MUNICÍPIOS DAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO DO ESTADO DO PARANÁ - 2000

DESCRIÇÃO DE GASTOS	r F r ⁽¹⁾	r I r ⁽²⁾	r F+I r ⁽³⁾
Gastos <i>per capita</i> em educação, excluído o Fundef	(A) indifér.	(A) SO	(A) SO
Gastos <i>per capita</i> em saúde, excluído o SUS	(A) indif.	(A) indifér.	(A) indifér.
Demais gastos <i>per capita</i>	(A) SO	(A) indifér.	(A) indifér.
Gastos relativos em educação, excluído o Fundef	(B) NP	(B) indifér.	(B) NP
Gastos relativos em saúde, excluídas as transferências do SUS	(B) indif.	(B) indifér.	(B) indifér.
Demais gastos relativos	(B) SO	(B) indifér.	(B) SO

FONTE: STN

NOTAS: Elaboração do autor.

Prevalece a sigla da mesorregião SO (Sudoeste) ou NP (Norte Pioneiro) em duas situações: a) quando o coeficiente de Pearson for forte contra fraco ou moderado; e b) quando for moderado contra fraco. Quando a classificação for a mesma é marcado indiferente (indifér.)

Os valores em negrito significam que a mesorregião possui um forte coeficiente de correlação.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definida ao início desta seção.

(1) Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

(2) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(3) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

Para as correlações da combinação A, embora em grande monta prevaleça a indiferença entre as mesorregiões, destaca-se a Sudoeste, com algumas correlações mais fortes que a Norte Pioneiro, como se observa no quadro 3. O que parece ocorrer, para a Sudoeste, pelo menos em termos moderados, é que quanto maior a participação do FPM no total das receitas, mais se gasta, em termos *per capita*, em educação. Quando ao FPM se soma a cota-parte do ICMS, as correlações se tornam fortes com os gastos *per capita* em educação. A situação acima descrita também ocorre com a Norte Pioneiro, porém de forma menos intensa. Isoladamente, a cota-parte não se correlaciona com nenhum gasto *per capita*, seja na Sudoeste seja na Norte Pioneiro.

As combinações B, que são aquelas que correlacionam as transferências relativas com os gastos relativos, demonstram uma situação particular para cada mesorregião. Enquanto para a Sudoeste a maior participação das transferências do FPM, somada à cota-parte do ICMS, parece influenciar, de forma moderada, os demais gastos relativos, para a Norte Pioneiro as transferências influenciam fortemente os gastos relativos em educação.

CONCLUSÕES

As transferências recebidas pelos municípios representam graus de importância distintos para cada mesorregião. Como foi observado, o FPM tem maior importância para o Norte Pioneiro, enquanto a cota-parte do ICMS tem maior importância para o Sudoeste. Na soma das duas transferências prevalece maior dependência da Norte Pioneiro, pois se trata de uma região de menor expressão econômica e, por conseguinte, de menor arrecadação tributária própria.

Ao se analisar a correlação dessas transferências com os gastos efetivados pelos municípios das mesorregiões, verifica-se que o Norte Pioneiro tem maior vínculo de seus gastos relativos em educação quanto maior sua dependência do FPM. Isto, no entanto, não se observa em relação à Sudoeste. Outro ponto interessante é que, em relação aos gastos em saúde, as duas regiões demonstram baixa correlação com as transferências recebidas, independentemente se do FPM ou da cota-parte. Parece haver, então, um vínculo maior a uma norma legal⁶ específica do que propriamente às reais necessidades existentes.

Isso se confirma quando se observam os gastos por finalidade, pois uma vez subtraídas as transferências vinculadas, os gastos *per capita* aproximam-se entre as mesorregiões. Isto fica mais claro no caso da educação, sendo também verificado para a saúde, embora de forma não tão intensa. O esforço das municipalidades do Norte Pioneiro em manter um determinado nível de gastos em termos *per capita* os faz gastar relativamente mais nestas áreas (educação e saúde) do que demonstram os gastos dos municípios do Sudoeste. Em outras palavras, ao que tudo indica, a situação social relativamente desfavorável da região Norte Pioneiro impõe às gestões municipais maiores desafios a suas estruturas de gastos públicos, nas áreas de educação e saúde, do que parece ocorrer na outra mesorregião.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, T. W. **An introduction to multivariate statistical analysis**. New York: J. Wiley & Sons, 1958.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-lei n. 1.881, 27 de agosto de 1981. Altera a lei n. 5.172 de 25 de outubro de 1966, cria a reserva do fundo de participação dos municípios - FPM e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 ago. 1981. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legbras>>. Acesso em: nov. 2004.

BRASIL. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, estados e municípios. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 out. 1966. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legbras>>. Acesso em: nov. 2004.

⁶A Constituição determina gastos de 25% das receitas advindas dos impostos e transferências recebidas com educação.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 set. 1990. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legbras>>. Acesso em: nov. 2004.

BRASIL. Lei n. 9.424, 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, na forma prevista no artigo 60, parágrafo 7, do ato das disposições constitucionais transitórias, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legbras>>. Acesso em: nov. 2004.

BRASIL. Lei-complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos estados e do distrito federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 set. 1996. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legbras>>. Acesso em: nov. 2004.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. [Site institucional]. Disponível em: <<http://www.stn.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 30 ago. 2004a.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Estados e municípios: transferências constitucionais**. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp>. Acesso em: 26 out. 2004b.

BRASIL. Senado Federal. **Legislação brasileira**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legbras>>. Acesso em: 9, 10 e 11 nov. 2004c.

CALLEGARI-JACQUES, Sintia M. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FAISSOL, S. (Org.). **Tendências atuais na geografia urbano-regional: teorização e quantificação**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

HAIR, Joseph F. et al. **Multivariate data analysis**. 5.ed. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

IBGE. **Resolução PR n. 51 de 31/07/1989**. Aprova a divisão do Brasil em meso e microrregiões geográficas. Rio de Janeiro, 1989.

IGNÁCIO, S. A. **Tipologia dos municípios paranaenses, segundo indicadores socioeconômicos e sociodemográficos: uma análise estatística**. 89f. Tese (Professor titular) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2002.

IPARDES. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses**. Curitiba, 2004.

IPARDES. **Paraná: diagnóstico social e econômico**. Curitiba, 2003.

JOHNSON, Richard A.; WICHERN, Dean W. **Applied multivariate statistical analysis**. 2.ed. New Jersey: Prentice Hall International, 1988.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. São Paulo: ATLAS, 1992.

LIRA, S. A. **Análise de correlação: abordagem teórica e de construção dos coeficientes com aplicações**. 196f. Dissertação (Mestrado) - Setor de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

- MEIRA, J. **Impacto das transferências intergovernamentais e a eficácia tributária dos municípios paranaenses**. Curitiba: Paranacidade, 1998.
- MUSGRAVE, R. A. **Teoria das finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 1974.
- MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. **Finanças públicas: teoria e prática**. São Paulo: Campus, 1980.
- PARÁ. Secretaria Especial de Proteção Social. Disponível em: <http://www.sespa.pa.gov.br/Informação/idh/idh_calculo.htm>. Acesso em: 10 e 11 jan. 2005.
- PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná 1989**: edição popular para trabalhadores. Curitiba: Exklusiva, 1994.
- PNUD. [Site institucional]. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 6 jan. 2005.
- PNUD. **Desenvolvimento humano e condições de vida**: indicadores brasileiros. Brasília: PNUD: IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- PRADO, S. **Transferências fiscais e financiamento municipal no Brasil**. Projeto descentralização fiscal e cooperação financeira intergovernamental. São Paulo: EBAP/Konrad Adenauer, 2001.
- PRUD´HOMME, R. **Estrutura e aspectos das finanças públicas do Estado e dos municípios do Paraná**. Curitiba: Paranacidade, 1998.
- REZENDE, F. **Finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 2001.
- RIANI, F. **Economia do setor público**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1997.
- SCHLESINGER, G. **O impacto das transferências intergovernamentais na política fiscal dos municípios**: uma análise comparativa das mesorregiões Norte Pioneiro e Sudoeste paranaenses. 112f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico Profissionalizante) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.